

# DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE: NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO NO TRABALHO ARTESANAL DE CAPIM DOURADO

Sabrina silva de Carvalho<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins e professora de Sociologia no IFTO/ Colinas do Tocantins, e-mail: sabrina.carvalho@ifto.edu.br

**Resumo:** O artesanato é uma atividade econômica de grande potencial, além de um instrumento inestimável no processo de fortalecimento ou recuperação de identidades culturais regionais. No entanto, esta atividade está passando por uma transformação decorrente da lógica de mercado, visto que a percepção econômica e a inserção do artesanato no contexto nacional/ internacional seguem rigores desde a produção até a circulação reconhecida como “industrianato”. Este alcance econômico se deve aos mecanismos de intervenções institucionais governamentais e não governamentais. Visando elucidar as transformações da atividade artesanal, o presente artigo objetiva compreender como estas intervenções no artesanato cooperam com a formação de um capital humano utilizando como estudo de caso o artesanato de capim dourado produzido no Jalapão-TO. O texto contempla uma análise qualitativa enfatizando o conceito capital humano, conforme Michel Foucault.

**Palavras-chave:** Artesanato, capital-humano, modernidade, tradição.

## 1. INTRODUÇÃO

O capim-dourado, cientificamente conhecido *Syngonanthus nitens*, existe em todo o cerrado, mas revela-se abundante na região Jalapão no estado do Tocantins. O brilho dourado e a exuberância desta planta viabiliza a produção artesanal de biojoias que, paulatinamente, são prestigiadas no cenário nacional e internacional, este mesmo artesanato que ressalta contradições entre tradição e modernidade.

Neste sentido a atividade artesanal não deve ser analisada sob o caráter nostálgico, bem como ressalta Cardoso (2000) “mas conforme prática presente que se reproduz, afeta à recriação e ao diálogo com o contemporâneo”. Dessa maneira, o discurso de promoção da cidadania e inserção de mercado através do artesanato verificou-se constante no cenário artesanal, sobretudo, em instituições que passaram a traçar políticas públicas de fomento ao trabalho, produção e circulação. Mas, em que medida estas intervenções institucionais podem modificar o processo organizacional da comunidade? Tais intervenções corroboram com a constituição de um capital humano em que o homem é o empresário de si mesmo?

Pautando-se nestes questionamentos, o texto objetiva discutir as principais estratégias institucionais de intervenção à atividade artesanal, tomando o capim dourado como um estudo de caso, que podem colaborar com a concepção de capital humano, segundo Foucault. O estudo contempla uma incipiente análise sobre o trabalho conforme os clássicos da economia, especialmente Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx concomitante a uma análise do Termo de Referência ao Artesanato construído pelo Sebrae. Destacam-se como referencial teórico a concepção de capital humano e a influência deste na transição entre o artesanato tradicional e o “industrianato”.

## **2. O TRABALHO EM PROCESSO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSIÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.**

O trabalho, consequência das relações humanas, tornou-se historicamente, além de uma maneira de sobrevivência, o objeto de estudo de diversas ciências. Pode-se inferir que o trabalho se desdobra sob duas condições: objetivas e subjetivas. Do ponto de vista das condições objetivas, a forma como os homens dividiram o trabalho e consequentemente transformou a sociedade. Quanto às questões subjetivas, “as estruturas estruturantes estruturam” (BOURDIEU;2002,p.15) o pensamento, as atividades e as possibilidades de cada indivíduo de inserção ao mercado de trabalho, logo a junção de capital social, cultural e econômico determina a estratificação do trabalho.

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS,1876, p.223).

Vale destacar que “ a grande transformação” salientada pela formação da economia capitalista de mercado desvenda os processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais modificando o trabalho, a terra e o dinheiro em mercadorias. No entanto, a transformação da sociedade com mercado para uma sociedade de mercado decorre de uma sequencia paulatina em que o trabalho e a educação artesanal têm um papel fundamental para a consagração do trabalho industrial.

Na obra a Nostalgia do Mestre Artesão, Rugiu (1988; p. 39) ressalta que a progressiva subordinação da produção tem precedentes remotos, especialmente na atividade artesanal em que o mercador era o seu empreendedor, empregador e fornecedor e chega ao ápice com a Revolução Industrial que enaltece a figura do capitalista como o mais novo monopolizador no processo de produção e circulação de mercadorias.

Partindo desse pressuposto, as novas condições de trabalho, o salário, a forma de produção industrial passaram a ser a condição fundamental dos estudos clássicos da economia política. Na discussão que Adam Smith fez sobre o “salário do trabalho”, o autor ressaltou a necessidade da divisão social do trabalho para a racionalização da produção industrial e defende a tese de que “ o homem sempre precisa viver do seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção. Afim de legitimar o conceito trabalho-salário revelador da condição do modo de produção capitalista, o autor retoma a concepção de estado original e descreve:

Naquele estado original de coisas que precede tanto a apropriação da terra quanto o acúmulo de capital, o produto integral do trabalho pertence ao trabalhador. Este não tem nem proprietário fundiário nem patrão com quem repartir o lucro do seu trabalho. Se tal estado de coisas tivesse continuado, os salários do trabalho teriam aumentado conjuntamente com todos os aprimoramentos introduzidos nas forças produtivas do trabalho, gerados pela divisão social do trabalho (SMITH;1976,p.62).

No entanto, esse “estado original das coisas”, conforme descreve Smith (1976) não é possível, sobretudo sob dois aspectos: o fator propriedade privada, pois o dono da terra exige parte de quase toda a produção e outro fator é o lucro que gera uma situação de conflito entre patrões e trabalhadores e passa ser o objetivo por excelência dessa sociedade de empresários.

Em consonância com a análise salarial do trabalhador proposta por Smith (1976) o estudo de David Ricardo (2003) traça o trabalho como um produto que se compra e se vende e tem, segundo o autor dois tipos de preços: preço natural e de mercado, dialogando com o posicionamento de Smith de que o preço do salário deve ser o suficiente para prover a subsistência do trabalhador e família - “teoria do salário natural” ou “lei férrea dos salários” que decorre quando o preço natural do trabalho depende do preço do alimento.

Além disso, o autor afirmava que o crescimento da população gerava a necessidade do aumento das áreas de cultivo, elevando os preços dos alimentos, o que exigia a elevação dos salários nominais dos trabalhadores, fazendo assim aumentar o ritmo de crescimento da população. Segundo Ricardo(2003), não deveria haver nenhuma intervenção, nem por parte do Governo ou sindicatos, pois entraria em conflito com as leis econômicas.

As formulações teóricas de Karl Marx(1975) acerca da vida social, e principalmente, do trabalho na sociedade capitalista promoveram impacto entre os intelectuais, sobretudo, os influenciados pelo liberalismo econômico cujo o perfil foi, brevemente, analisado neste texto. Toda esta crítica se deve à repercussão promovida pelo trabalho na sociedade capitalista que torna o homem cada vez mais alienado de sua realidade, diferentemente do que é observado em outros modos de produção, a exemplo do modo de produção feudalista. Desta maneira, o autor faz uma abordagem crítica e diferenciada do papel do trabalhador na sociedade industrial, vejamos:

“ O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quando mais cresce sua produção em potência e em volume. O trabalhador converte-se em uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral” (MARX, 1975;p. 72)

De certo, Marx concentra boa parte de sua obra na análise do surgimento, evolução e superação do capitalismo e no modo pelo qual ele se originou da destruição da sociedade feudal, ainda segundo o autor o processo de produção feudal se esgotou e necessitava de uma força produtiva poderosa que possibilitasse a acumulação de capital, o desenvolvimento do comércio marítimo e a fundação das colônias. Tal como já exposto e perceptível em diversas obras da economia política, no sistema capitalista o trabalho é regulado tal como uma mercadoria, restando ao trabalhador uma participação alienada no sistema.

O trabalho enquanto conceito, resultado de diferentes relações sociais foi enfatizado pelos clássicos da economia como determinante na geração de lucros, ora observado como um fator positivo à estrutura social e econômica. Ora, sendo um complexo advento de contradições de classes e, principalmente de alienação. Além

destas complexas teorias, pode-se perceber que o trabalho é um fator determinante, inclusive regula escolhas, condiciona através de políticas públicas a “vida” através de incentivos à natalidade ou à fecundidade, tornando o planejamento um aliado que possibilita a inserção positiva e/ou negativa no mercado de trabalho.

### 3. O TRABALHADOR COMO CAPITAL

Conforme a teoria clássica aqui exposta, o trabalho e o trabalhador são fatores originários da produção seja pelo enfoque liberalista seja pelo enfoque marxista. No entanto, o próprio processo de produção fordista passou por mudanças significativas, a produção de massa de mercadorias que se estruturou de maneira homogeneizada e verticalizada passou a ser questionada. Tal situação abriu precedentes para diversas linhas de estudos e de interesses, inclusive, a do neoliberalismo predominante no século XX.

No livro “Em defesa da sociedade” há uma reconstituição da história da guerra das raças e o nascimento do racismo do Estado, Foucault (2005) faz uma abordagem sobre o biopoder e ressalta que o incipiente poder sobre o corpo, bem como sobre a vida disciplinada pelo trabalho tem ênfase nos séculos XVII até XVIII sob a lógica da técnica e tecnologia do poder, vejamos:

As técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo individual (...) eram também as técnicas de racionalização e de uma economia estrita de um poder que devia se exercer, de maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios.

No entanto, a observância desta técnica não é suficiente para equilibrar os problemas da sociedade moderna, então no final do século XVIII, logo surge a necessidade de um poder que limite a vida e que estenda a morte, através da medição estatística, bem como das primeiras demografias que se atentassem às taxas de natalidade e de mortalidade por conta de doenças e epidemias, técnicas essas imprescindíveis para a legitimidade do biopoder.

Aliado ao estudo do biopoder, Foucault ressalta o capital humano enquanto conceito que auxilia na análise do controle social, e principalmente, do trabalhador. Para entender como o capital humano revela-se um mecanismo de controle na social, o autor parte do princípio que os elementos do neoliberalismo americano inauguraram uma nova perspectiva do trabalhador, tais elementos são:

1. O New Deal ou política keynesiana – conjunto de políticas públicas intervencionistas (welfare state), proporcionando mudanças estruturais que viabilizassem a condução do emprego pleno.
2. Plano Beveridge – tipo de organização econômica aliada à organização social, bem como presente nos programas de seguridade social ao que diz respeito problemas: doenças, desemprego e aposentadoria.
3. Programas que reforçaram o intervencionismo do Estado no âmbito social.

Após elencar elementos do neoliberalismo o autor destaca que o americano se diferencia dos demais (inglês, alemão e francês) devido a forte relação entre governantes e governados “ O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar é um tipo de relação técnica de poder” que coexiste com as capacidades individuais.

Logo, o neoliberalismo inaugura um novo olhar sobre o *homo oeconomicus*, deixando escapar o sentido de troca entre trabalhadores e enaltecendo a capacidade empresária de si mesmo, sendo que a produção do consumo é inerente a própria satisfação do homem, dessa forma o capital humano passa a ser o objeto central do neoliberalismo. Conforme Foucault, (2008, p.311):

O homo oeconomicus é um empresário, e empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de renda.

As capacidades adquiridas através do investimento são o que aumenta o valor do capital humano, diferenciando os seres humanos, e principalmente os trabalhadores, em função de suas habilidades e destrezas específicas, ou seja, tornando cada indivíduo possuidor de uma combinação específica de recursos, depositário não apenas de certa quantia, mas de certa composição de capital humano, que, em função dos benefícios oferecidos pelo mercado, deverá escolher onde melhor “aplicar”, dessa forma a iniciativa privada e o Estado proporcionaram a delegação de poder de conquista e inserção de mercado exclusivamente ao trabalhador.

Portanto, mais investimento em educação, ciência e tecnologia, a fim de provar a superioridade da economia capitalista é uma marca desta nova dinâmica social que tem sua origem no trabalhador. Foi preciso, portanto, criar um argumento que justificasse o aumento de gastos públicos nesses setores, mas que também igualmente incentivasse os indivíduos a fazerem, eles mesmos, esses investimentos em si próprios, os quais lhes possibilitariam altos retornos econômicos, de modo a desonerar o Estado. Então, como se configura a análise econômica dos neoliberais?

E, com isso, o que querará dizer fazer a análise econômica do trabalho, o que querará dizer reinsserir o trabalho na análise econômica? Não: saber onde o trabalho se situa entre, digamos, o capital e a produção. [...] O problema fundamental, essencial, em todo caso primeiro, que se colocará a partir do momento em que se pretenderá fazer a análise do trabalho em termos econômicos será saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Ou seja, será necessário, para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha. (FOUCAULT, 2008a: 307).

O que Foucault denuncia é que o capitalismo neoliberal tem necessidade da formação de um capital humano que seja produzida desde os primeiros anos e que tem prazo de validade definida. “[...] essa máquina tem sua duração de vida, sua duração de uso, tem sua obsolescência, tem seu envelhecimento” (FOUCAULT, 2008a: 309). Se na economia clássica o indivíduo era explorado pela sua força de trabalho, No governo neoliberal o indivíduo vale enquanto seu capital humano é útil para os interesses do mercado. A constituição de um capital humano funciona na racionalidade neoliberal como exercício do biopoder. Poder que tem como alvo o controle da população.

Quanto melhor seu capital humano maior a possibilidade de aumento da renda, mas também maior a possibilidade de desenvolvimento e crescimento para uma empresa, para o capitalismo. Mas como pensar o capital humano numa comunidade que sobrevive de artesanato?

#### **4.0 ARTESANATO DE CAPIM DOURADO: ELEMENTOS DO SABER TRADICIONAL ALIADOS AO CAPITAL**

O capim dourado é uma planta nativa do Tocantins, sendo que sua colheita é feita em períodos pré-determinados, e seu manejo deve ser de forma sustentável, de maneira que garanta sua manutenção e renovação. O artesanato de capim dourado tem experimentado uma crescente repercussão no cenário global devido à originalidade e beleza nele representado, necessita de um manejo consciente desde sua colheita até o produto final por ser uma planta endêmica.

Conforme site do governo do Tocantins<sup>1</sup> o capim dourado é planta nativa das veredas do Jalapão, só brotando nesta região, que tem uma área de 34 mil quilômetros e fica a uma distância de 180 quilômetros da capital de Palmas, capital do estado. Dessa região fazem parte além de Mateiros, os municípios de Lagoa do Tocantins, Novo Acordo, Lizarda, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins.

Há aproximadamente cinco anos o cenário das comunidades no Jalapão passa por mudanças significativas, segundo os próprios dados do IBGE e do Naturatins, quanto a qualidade vida dos moradores desta região, dentre diversos fatores, é possível inferir que o aumento do turismo na região tem efeito positivo na comercialização do artesanato de capim dourado, o aumento de associações cooperam também com o fortalecimento do capital social.

Estudo socioeconômico realizado pelo **Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins**, em 2008, para 90,7% das famílias que trabalham com artesanato em capim dourado, esta é a fonte de renda. E para 98,6% destas mesmas famílias, é com os recursos oriundos desta atividade que são pagas as contas e adquiridos seus bens de consumo duráveis.

Neste processo de mudança, as ações do Sebrae- TO têm efeitos diretos na atividade artesanal, visto que o “aprimoramento” da produção e circulação do artesanato de capim dourado possibilita o reconhecimento do Jalapão como território criativo, ou seja. “ possibilita a inserção no mercado e, conseqüentemente, de empoderamento social” (PSEC,2002).

As estratégias do Sebrae e do Estado do Tocantins que possibilitaram a ampliação do mercado, a capacitação dos artesãos e as intervenções de consultores que viabilizaram a diversificação do artesanato, ou seja a formalização do trabalho artesanal. Ainda conforme o Termo de Referência do Sebrae (2010) que serve de parâmetro para a produção artesanal no Brasil há nove orientações de intervenção que podem “melhorar” a produção do artesanato, bem como do capim dourado, são elas:

- 1- Identificação e análise da demanda;
- 2- Identificação e análise da oferta;
- 3- Análise de concorrência;
- 4- Melhoria e desenvolvimento de novos produtos;
- 5- Melhoria e desenvolvimento de processos;
- 6- Capacitação;

- 7- Agregação de valor;
- 8- Promoção mercadológica;
- 9- Comercialização.

Estas orientações de intervenção que são as principais diretrizes na produção do artesanato, inclusive do artesanato de capim dourado refletem a urgência de mercado compondo-se conforme pesquisas quantitativas, rigor e método “objetivando conhecer as tendências de produção e antecipar as transformações de mercado” (TRA, 2002)

É importante ressaltar que os nove pontos de intervenção que são pautados sob a lógica das forças econômicas são analisados no próprio termo como medidas quantitativas que inauguram possibilidades ou promoção de empoderamento, ou seja, uma mudança qualitativa.

Na discussão sobre a concorrência é possível perceber a tentativa do Sebrae de identificar os pontos fortes (vantagens competitivas) e os pontos fracos (deficiências) que o tipo de artesanato representa no mercado. No entanto, esta urgência de adequar o artesanato de uma comunidade tradicional, com costumes e categorias de tempo e espaço diferenciados de uma sociedade complexa direciona a um tipo de organização artesanal ainda pouco estudado, mas reconhecido pelos próprios artesãos como *industrianato*. Críticos das intervenções do Sebrae, principalmente alguns artesãos, identificam este processo como análoga ao industrial, alegando através do discurso que com o Sebrae não há a liberdade do artesão e a livre criatividade.

Considerado como tradição, elemento folclórico ou artefato tangibilizador da memória de comunidades, o artesanato compõe ainda uma alternativa de renda. No entanto, sua inclusão no ramo de atividades econômicas levou a um processo de industrialização do produto artesanal, voltado para consumo turístico também de massa. Esse fenômeno originou o termo *industrianato* (PINHO, 2002, p. 170), em que o artesanato é feito em larga escala e distribuído para além do território de origem, desvinculando-se de uma localidade, tradição ou comunidade específica, entre outras características.

Dessa forma, é possível considerar que o artesanato de capim dourado produzido no Jalapão e passivo de intervenção pode ser, atualmente, um objeto de construção orientado sob a lógica de mercado. Logo, um produto do “*industrianato*” que modifica a rotina dos artesãos através do trabalho, a divisão social do trabalho, a ampliação de mercado. O “*industrianato*” rege-se por instituições que observa nas populações tradicionais uma possibilidade de ampliar o capital humano. Este mesmo capital já referido no texto conduz, paulatinamente, a atividade artesanal como uma atividade econômica exige que o artesão seja empresário de si mesmo, invista em capacitação, seja guiado por estratégias estatais e institucionais, conduza sua produção guiado por regras e exigências de mercado ora nacional ora internacional.

A complexidade do incipiente capital humano que se verifica no Jalapão demonstra como nem mesmo as comunidades mais isoladas não conseguem fugir ao que se tornou rotineiro nas sociedades urbanas ou complexas, o artesanato passou a ser produto, a comunidade passa a ser reconhecido pelo Estado como território criativo e o mais evidente: o artesão se tornou empresário, unicamente responsável pelo seu sucesso ou insucesso.

## 5. CONCLUSÃO

Pode-se perceber que bem como os diversos artesanatos trabalhados no Brasil, o artesanato de capim dourado é considerado o reflexo de convivência de realidades culturais e sociais demonstrativo de um “saber fazer” e, paulatinamente, está transitando para um “industrianato”, ou seja, um formato padronizado estimulado pelas instituições e que aproxima os artesãos de uma cultura de mercado. Estudiosos do desenvolvimento regional defendem tal transição como o principal pré-requisito para o desenvolvimento de “baixo para cima” ou endógeno. Mas as diretrizes de intervenções no processo artesanal são demonstrativos de como as regras do mercado formam um capital humano.

A formação do capital humano na atividade artesanal revela-se um importante tema que necessita de mais pesquisas empíricas, pois pode ser revelador de experiências coercitivas que conduz o artesão a vender o tempo de trabalho, utilizar modelos de objetos pensados por especialistas e distanciar-se, paulatinamente, do seu produto de trabalho.

## Bibliografia

- BELAS, Carla Arouca. **Capim dourado: costuras e trançados do Jalapão**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2008. Disponível em:  
[http://www.cnfcp.gov.br/pdf/CatalogoSAP/cat\\_sap145.pdf](http://www.cnfcp.gov.br/pdf/CatalogoSAP/cat_sap145.pdf). Acesso em: 10.01.2013
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da Sociedade. In: Curso Collège de France. Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel (2008). *Nascimento da Biopolítica – Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes: São Paulo.
- IBGE. *Mapa de pobreza e desigualdade – Municípios brasileiros 2003*. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 01 jul. de 2012.
- Revista Sesc/ SP – Problemas brasileiros. Disponível em:  
[http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas\\_link\\_home.cfm](http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link_home.cfm)? Acesso em 01 jul/2012
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. port., São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. In: *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- PINTO, J. L. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.
- RIBEIRO, B. G. **O papel do artesão na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Funarte, 1984.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. (Os Economistas), São Paulo: Abril Cultural, 1982. (capítulos 1 a 6)
- SIMONNETI, Eliana. **Colcha de retalhos**. In: *Desafios do desenvolvimento*. Ano 3, nº 19. São Paulo: PNUD; IPEA, 2006. p. 20-29.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. (Os Economistas), São Paulo: Abril Cultural, 1983. (capítulos 1 a 10)

<sup>i</sup> O site: <http://jalapao.to.gov.br/mumbuca/59> é governamental e traz diversas informações sobre as potencialidades turísticas da região do Jalapão no Estado do Tocantins.